

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

SEM TERRA, UMA VISÃO FICCIONAL, EM VIDAS SECAS

REINAM ARAUJO RAMOS

PONTES E LACERDA, AGOSTO DE 2002

7481

EX. 02

Termo 2002/2

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

SEM TERRA, UMA VISÃO FICCONAL EM VIDAS SECAS

Ensaio Monográfico apresentado à
UNEMAT/Campus Universitário de Pontes e
Lacerda como requisito final para obtenção
do grau de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. José Pereira.

Pontes e Lacerda, agosto de 2002.

Dedico este trabalho o professor:

José Pereira, do Campus Universitário de Pontes e Lacerda, o qual, com muita dedicação e boa vontade, me orientou na construção desse ensaio monográfico.

Muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado, força para concluir estes estudos.

A minha família que soube me compreender nos momentos mais difíceis desta jornada.

A meus colegas de sala, principalmente os que nos sempre chamava-mos de primo.

“Era ficção porque a história fora reinventada pelo curador; era História porque recontava o que acontecera no cosmos num momento do passado; era vida real porque eu era real e não uma personagem de romance. Por um instante, foi leitor-modelo do Livro dos Livros.

(Umberto Eco)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – MOMENTO HISTÓRICO E O MODERNISMO.....	9
CAPÍTULO II – GRACILIANO RAMOS.....	12
CAPÍTULO III – VIDAS SECAS.....	14
CAPÍTULO IV – O PROBLEMA DA TERRA.....	18
4.1 – ASPECTOS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	19
4.1.1 – AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS	19
4.1.2 – A VINDA DA FAMÍLIA REAL E O IMPÉRIO	20
4.1.3 – DO IMPÉRIO AO GOLPE DE 1.964.....	21
4.1.4 – A DITADURA MILITAR.....	22
4.1.5 – DO FIM DA DITADURA A 1998	23
4.1.6 – O ANO DE 1998	23
CONCLUSÃO.....	25
BIBLIOGRAFIA.....	27

INTRODUÇÃO

Ao julgar a exposição pouco delimitada do tema, pode-se supor uma falta de cientificidade. Tal ponto de vista mostra-se errôneo, quando em choque com a amplitude e a visão do todo a que essa pesquisa se propõe. Uma visão geral pressupõe uma análise histórica, ainda que superficial.

Costuma-se desprezar, e isso é bastante visível até mesmo em nossos dias, o papel da história em todos os campos científicos. Sabe-se que há "interesses ocultos" por traz dessa ideologia. Não convém e nem é papel desta pesquisa pesquisar tais interesses, mas é de sua característica expor a importância do histórico para uma melhor compreensão da conjuntura do mundo atual; tal compreensão abarca a visão ficcional do Sem Terra, na obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos.

Expôs-se o tema mediante uma abordagem fenomenológico, crítico-dialética. Aquela prima pela técnica não quantitativa, privilegiando estudos teóricos e análise de documentos e textos; busca ainda, a relação entre o fenômeno e a essência, o todo e as partes, o objeto e o contexto. Esta tem como referencial teórico o materialismo histórico, apoiando-se na concepção dinâmica da realidade e das relações dialéticas entre o sujeito e o objeto, entre conhecimento e ação, entre teoria e prática. Privilegia experiências práticas, processos históricos, discussões filosóficas ou análises contextualizadas; com propostas notadamente críticas pretende desvendar mais que o "conflito das interpretações", o conflito de interesses.

Os métodos utilizados adequam-se, perfeitamente, ao propósito da presente pesquisa. Não se almeja aqui uma simples exposição da questão agrária no Brasil, mas, por meio de uma análise rigorosa, propor soluções para o problema em voga.

Através de um raciocínio dialético e pela contraposição de opostos (antinomia) inerente a esse raciocínio; colocou-se posições (pontos de vista) fundamentalmente antagônicos frente à frente (sem-terra e latifundiários), buscando firmar cada idéia na imparcialidade. Isso é possível, desde que se abstraia ao máximo o pensamento do ser cognoscente; tendo-se, assim, a possibilidade de os resultados serem o mais fiéis à realidade quanto possível.

Primeiro uma breve, mas rica explanação histórica cuja sustentação já foi posta anteriormente; seguida de capítulos que tratam, respectivamente, da Estrutura Fundiária, do Movimento Sem-Terra, do Direito de Propriedade com destaque para a Reforma Agrária, e de um capítulo específico sobre a importância da Reforma Agrária para a democratização do acesso à terra.

Da apresentação destes capítulos, da análise da problemática e das pesquisas realizadas, foram obtidos resultados e extraídas conclusões.

CAPÍTULO I

MOMENTO HISTÓRICO E O MODERNISMO

O Brasil chega ao século XX com as mesmas aspirações nacionalistas manifestadas nos países europeus, desejo de romper com o passado para introduzir novas formas de vida.

Na década de 1920, a reação contra as estruturas oligárquicas da República Velha não se limitou às revoltas político-militares. A contestação atingiu também o campo cultural, manifestando-se no chamado *movimento modernista*.

Esse movimento teve como marco inicial a *Semana de Arte Moderna*, realizada na cidade de São Paulo, entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922. Tendo como palco o Teatro Municipal de São Paulo, a Semana contou com recitais de poesia, exposição de pintura e escultura, festivais de música e conferências sobre arte.

Um dos objetivos do movimento modernista era reagir criticamente contra os padrões arcaicos e à invasão cultural estrangeira que despersonalizava o Brasil. A reação modernista implicava abraçar a cultura brasileira.

No início do século XX, a cultura francesa dominava os meios artísticos e intelectuais brasileiros. Os principais expoentes de nossa intelectualidade liam e falavam o francês e viajavam constantemente para Paris a fim de realizar seus trabalhos ou buscar inspiração. Os modernistas de 1922 contestavam justamente esse comodismo cultural, essa produção transplantada da Europa, muito embora alguns nomes como Oswald de Andrade, principalmente, tiveram essa prática.

Para o escritor Mario de Andrade, a cultura de um povo deveria nascer enraizada à sua terra, como um aprofundamento do terreno nacional. Era um pretesto contra a mensalidade subserviente, contra o sentimento de inferioridade do brasileiro em relação ao europeu. Era também uma crítica à dominação cultural e política do Brasil pelos estrangeiros.

Nascia assim o Manifesto Antropofágico, documento lançado pelos modernistas, que propunha a deglutição, isto, é, o aproveitamento de tudo que fosse útil, da cultura européia, que seria remodelada pelas entranhas da terra brasileira. Era comer ou ser comido.

O segundo tempo do Modernismo (1930-1945) chamado de “geração de 30” que, passada a fase de ebulição e destruição, começou a definir os rumos construtivos do Modernismo. Esse período contou com um poder centralizador muito forte na figura do presidente ditador *Getúlio Vargas*. O movimento tinha como alvo principal a antiga política dos governadores, adotada no tempo de Campos Sales, que eternizava, nos governos regionais.

Com a vitória da Revolução de 1930, deu início a uma nova etapa de nossa história, que se estendeu até 1945. Essa etapa foi marcada pela liderança política do gaúcho Getúlio Vargas, sendo por isso, conhecida como Era Vargas ou período getulista. Nesta época as forças que lutavam contra a ditadura nazi-facistas européias passaram a questionar a vantagem de sustentar internamente o regime ditatorial. Sob pressão Vargas promoveu eleições democráticas. Mas até ocorrer as eleições o país viveu quinze anos de repressão institucionalizada, com perseguições políticas e censuras de todos os tipos.

O Modernismo neste segundo período tornou-se mais politizado, produzindo uma literatura que colocava no centro a preocupação social. A marca desta começou a ser moldada em 1926, com um congresso de escritores nordestinos, que definia a criação de regionalismo crítico, sem abandonar as conquistas de geração anterior.

O Romance regionalista ou Ciclo do romance nordestino, que compreende a segunda fase do romantismo, período da literatura ficcional relativo a década de 30, comprometida com os temas regionais, principalmente no tocante ao nordeste brasileiro.

Graciliano Ramos foi o maior representante do modernismo brasileiro nesta fase. Em sua obra ele aderiu à crítica social, sem deixar de lado o desenvolvimento dos mecanismos da alma humana. Em função disso, o meio ambiente integrava-se ao indivíduo, parecendo fazer parte dele. O estilo do escritor, seco, conciso, casava-se perfeitamente com o ambiente em que se passavam as ações de seus romances, e com as personalidades das personagens que neles viviam.

Já o terceiro momento apareceu em 1945, simultaneamente ao término da Segunda Guerra Mundial e teve seu início com a Conhecida "Geração de 45".

CAPITULO II

GRACILIANO RAMOS

Como o tema de nosso estudo concentra-se no problema da terra no Brasil, tendo como questão específica a análise deste assunto feita por Graciliano Ramos, em seu livro *Vidas Secas*, voltaremos especialmente para este escritor, que é um representante da geração de 30.

Graciliano Ramos é alagoano nascido na pequena localidade de Quebrangulo, em 27 de outubro de 1892, foi o primeiro dos dezesseis filhos de sua família. Seu pai era comerciante e mudou-se com a família para Pernambuco, fez estudos secundários em Maceió. Transferiu-se em 1910 para Palmeira dos Índios, também em Alagoas, quando voltou a viver com a família onde passou a ajudar seu pai no comércio.

Em 1914, Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a colaborar com diversos jornais e revistas, como revisor crítico. Um ano depois com a morte de três de seus irmãos, vítimas da peste bubônica, ele volta a Palmeira do Índios, onde foi jornalista e político, . Em 1925, inicia-se seu primeiro romance, que somente foi publicado anos depois. Em 1928, foi eleito prefeito da cidade, neste mesmo período casou-se com Heloísa de Medeiros, sua segunda esposa.

Na política não obteve sucesso, renunciou a prefeitura em 1930, e foi nomeado diretor de Imprensa Oficial em Maceió, afastando-se do cargo um ano depois. Em Maceió ele é submetido a uma operação, onde no hospital inicia-se a escrever o romance *São Bernardo* e publicado em 1934, em Palmeiras dos Índios.

Graciliano Ramos fazia parte de um grupo de artistas e escritores que criticavam o sistema capitalista e apoiavam as lutas pelo socialismo.

Em 1935, o Partido Comunista tentou chegar ao poder por meio de uma revolta armada. A tentativa fracassou e o governo de Getúlio Vargas reprimiu duramente todos aqueles que tinham idéias socialistas.

Acusado de subversivo, Graciliano Ramos foi preso em 1936, acusado de pertencer ao Partido Comunista. Mesmo não havendo provas contra ele, foi enviado para uma prisão no Rio de Janeiro, onde passou por diversos presídios, até ser solto em janeiro do ano seguinte. Sua experiência na prisão foi relatada no romance *Memórias do Cárcere*, que denuncia as arbitrariedades da ditadura de Getúlio Vargas.

Ao sair continuou morando no Rio de Janeiro, onde deu continuidade às suas atividades literárias, escreveu *Vidas Secas*, publicado em 1938. Em 1945, já consagrado como um de nossos maiores romancistas, ingressou no Partido Comunista Brasileiro. Viveu com dificuldades às custas dos prêmios que recebia por sua obra literária, e descobriu mais tarde que estava com câncer e veio falecer em 1953.

O que interessava, fundamentalmente, ao escritor era a sondagem psicológica do “herói” presente no romance, os conflitos colocados pela sociedade em debate aos rompantes e às indignações da alma.

Graciliano Ramos é um escritor no qual a dicotomia que marcou grande parte dos realistas da geração de 30 fazia-se presente.

CAPÍTULO III

VIDAS SECAS

Vidas Secas (1938) é um romance do sertão, e mais do que isso trata do problema da seca e da terra. É dentro dela que se movem circularmente os personagens Fabiana, Sinhá Vitória, os dois meninos e Baleia.

Como já foi muito acentuado pela crítica, é um romance duro e seco como a terra que retrata, mas não traz a carga de amargura e pessimismo dos livros anteriores. O contato mais direto com o primitivo, com os imperativos básicos de sobrevivência, talvez seja o fato dessa abertura, deixadas de lado as ideações dos personagens semicultos anteriores.

Aparentemente surge como obra inteiramente diversa da trajetória seguida pelos livros até então publicados: temos agora a presença de um narrador onisciente que não abusa do poder de tudo saber e vasculhar, controlando com frequência o emprego do discurso indireto livre.

Apenas não temos aqui um pseudo-autor presente a escrever o que lhe aconteceu, mas um narrador encadeando proto-estórias numa narrativa mais ampla, independentes na maioria. Elas mantêm sua unidade e sentido completo no fato de os personagens serem comuns e os acontecimentos ordenados numa fluida idéia temporal de sucessão: daí o caráter de “como inacabado”.

As narrativas autônomas possuem uma dupla função na sintaxe narrativa: captam formalmente a fragmentação do mundo em que deambulam os personagens e, simultaneamente, representam as relações humanas, não interrompendo a

linhagem de indagação em que Graciliano Ramos se debruçara. Consegue com isso explorar planos de realidade distintos, significantes totalmente díspares quando relacionados entre si. É um dos poucos casos em que a soma das partes é maior que o todo.

Em treze capítulos, cujos títulos anunciam o que se passa, temos nove que tratam alternadamente de Fabiano, Sinhá Vitória, dos meninos e de Baleia, trazendo quase sempre os mesmos problemas e as mesmas atitudes vistos porém do ponto de vista de cada um.

Sinhá Vitória, no capítulo de mesmo nome, tem seu ideal voltado para a cama de lastro de couro. Tudo para ela termina ali, até seu pensamento mágico a ajuda a construir uma esperança: “Por uma extravagante associação, relacionou esse ato com a lembrança da cama. Se o cuspo alcançasse o terreiro, a cama seria comprada antes do fim do ano”. (P.42)

Enquanto isso o menino mais novo, no capítulo também de mesmo nome, tem no pai seu ponto ideal de referência: “Apesar de ter medo do pai, chegou-se a ele devagar, esfregou-se nas perneiras, tocou as abas do gibão. As perneiras, o gibão, o guarda-peito, as esporas e o barbicacho do chapéu maravilhavam-no”. (P.48)

Baleia, no mesmo nível dos humanos, também tem seus sonhos: “Farejando a panela, franzia as ventas e reprovava os modos estranhos do amigo. Um osso grande subia e descia no caldo. Esta imagem consoladora não a deixava”. (P.62)

Observa-se no romance uma repetição de padrões narrativos chaves, modificados apenas no nível em que se apresentam: ora no nível dos principais núcleos narrativos, ora no dos personagens, ora no da narração. Com isso a realidade é una e compósita simultaneamente.

Fabiano o grande centro de interesse do romance. Nele estão contidas todas as possibilidades dos outros personagens e também todas as impossibilidades. É sobretudo o intérprete mais freqüente dessa situação tão próxima à animalidade: ao julgar-se um bicho, não poderia receber maior elogio, pois a vida em tais condições era um desafio constante.

O tema da injustiça social, da submissão pela força é explorado ora no entrechoque Fabiano-soldado amarelo, ora Fabiano-latifundiário.

A *exploração do homem do campo* é apontada nas cenas da ignorância simples do sertanejo constantemente confundido por “juros e prazos” ou impostos a pagar.

Fabiano é a imagem da terra que pisa; é um ser ilhado pela incapacidade de verbalização dos próprios pensamentos. Todas as observações metalingüísticas contidas nas obras anteriores com relação à dificuldade de comunicação encontram sua mais radical estruturação no isolamento verbal de Fabiano, seguido de perto por Casimiro Lopes, de *São Bernardo*.

Graciliano constrói em Fabiano e em sua família seres estacionados no nível operário-concreto da inteligência, percebendo o mundo através das sensações diretas: a abstração de qualquer tipo é lhes obstáculo insuperável. Isso fica bem esboçado no capítulo “Cadeia” em que Fabiano consegue explicar-se: “Era um bruto sim, senhor, nunca havia aprendido, não sabia explicar-se. Estava preso por isso? Como era? Então mete-se um homem na cadeia porque ele não sabe falar direito?”(P.36)

Essa captação da marginalidade lingüística de Fabiano é uma das chaves do romance: são mesmas constantes as referências diretas feitas pelo narrador:

“Às vezes utiliza nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos – exclamações, onomatopéias. (...) Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas”. (P.20)

Seu Tomás da Bolandeira é o ideal de linguagem e “em horas de maluqueira Fabiano desejava imitá-lo: dizia palavras difíceis, truncando tudo, e convenciam-se que melhorava”. O mesmo tipo de iniciação no mundo da linguagem faz com que o menino mais velho imite “os berros dos animais, o barulho do vento, o som dos galhos que rangiam na caatinga, roçando-se”. (P.22)

A tensão do romance é controlada pelo ritmo de expectativa na tácita ou direta referência à volta da seca. Assim, utilizando-se de pequenas narrativas isoladas, Graciliano Ramos delinea e traz à tona os traços mais importantes de sua visão do problema rural, do complexo homem-terra-sociedade, escolhendo como campo de amostragem a unidade nuclear familiar e a situação típica: a seca.

A atitude de Graciliano Ramos frente às memórias é de não traçar limites definidos entre biografia e ficção. Observa-se uma aproximação entre o romancista e o autobiógrafo, resultado talvez de descrença em uma forma puramente objetiva (não ficcional) de se atingir a verdade.

Depois do impacto autobiográfico dos romances de Proust, Joyce, Lawrence, Wolfe e Fitzgerald uma distinção de tal ordem não mais se sustenta. A única diferença que se possa notar é de grau e não de substância. Não é nos fatos que reside a distinção e sim na forma como são narrados, na originalidade da visão, na criação de novos tipos de realidade.

CAPÍTULO IV

O PROBLEMA DA TERRA

Vidas Secas tem estilo cíclico. Há treze capítulos na obra: o primeiro Mudança e o último Fuga formam um ciclo de que a família, tratada no livro, não consegue escapar: seca-chuva-seca = fuga-fuga.

Se olharmos para o valor semântico dos termos Mudança e Fuga, podemos dizer que Graciliano termina a obra com mais pessimismo com relação à problemática da seca, da terra, migrações, miséria. Por trás disso, no entanto, na versão final da obra, Graciliano escolheu como primeiro e último capítulo justamente os capítulos que mostram a fuga e, depois, a mesma situação se repete... parece que está instituída uma estrutura circular na obra... de um ciclo que se repete interminavelmente.

As personagens da obra vivem o drama da falta de terra, da impossibilidade de ter sua terra para plantar e sustentar seus filhos, somado a isso, ainda, a seca que assola a região nordestina.

Há muitas controvérsias no tocante da distribuição da terra no Brasil. É um absurdo em que muitos tenham pouco e poucos tenham tanto, quando há correntes teóricas, como a *jusnaturalista*, que alega ser a propriedade da terra um direito natural cabível a todos os homens. Não é necessário frisar o caráter objetivo da análise. Entretanto, é necessário ver a problemática sob vários ângulos a fim de obter, pelo menos uma aproximação da realidade. Qual o pensamento dos latifundiários? O que alegam os sem-terra? Qual a origem da problemática? Que interesses estão implícitos? Qual a posição da Sociedade? Quais são as tendências atuais à respeito da discussão? Com o intuito de

responder a essas e a outras indagações, seguiu-se uma sequência lógica na exposição do objeto da investigação.

Primeiro uma breve, explanação histórica cuja sustentação já foi posta anteriormente; seguida de capítulos que tratam, respectivamente, da Estrutura Fundiária, do Movimento Sem-Terra, do Direito de Propriedade com destaque para a Reforma Agrária e para a função social da propriedade. Da apresentação destes capítulos, da análise da problemática e das discussões entre os co-responsáveis pela pesquisa foram obtidos resultados e extraídas conclusões, frente à visão ficcional do Sem Terra em *Vidas Secas*.

Espera-se que, à luz de um enfoque, tenha sido possível nesta análise do problema da terra, propor conclusões e ou soluções eficientes para o problema em questão e, assim, fugir do lugar comum, das conclusões óbvias e principalmente, dos discursos que só expõem os problemas e nunca propõem meios para resolvê-los.

4.1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA

O problema da terra no Brasil é crônico. Para que possamos entendê-lo, devemos discorrer acerca da história da posse da terra, que começa com a descoberta deste país.

4.1.1. As Capitâneas Hereditárias

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, começa a exploração da terra. O rei de Portugal envia uma carta a Martim Afonso, responsável pela expedição

colonizadora de 1.530, declarando o povoamento da colônia através das capitânias hereditárias. As capitânias foram doadas à pequena nobreza portuguesa e que por esse motivo era chamada de donatária.

Dividiu-se o Brasil em 14 capitânias hereditárias, 15 lotes e 12 donatários. Os donatários detinham poderes altíssimos concedidos pelo rei, em contrapartida deviam povoar e desenvolver a terra com seus próprios recursos. Os donatários tinham o direito de distribuir lotes de sua terra àqueles que dispusessem de recursos para explorá-la, eram as chamadas sesmarias. O engenho constituía a unidade produtora das Capitânias, que consistia na *plantation*, sistema que visava à produção para exportação e que usava trabalho escravo. O sistema fracassou na maioria das capitânias devido à falta de recursos.

4.1.2. A Vinda da Família Real e o Império

Com a vinda da família real e o aumento populacional, a extensão das terras cedidas foram diminuindo, mas continuaram grandiosas. Só tinha acesso à terra quem fosse amigo do rei ou pertencesse à nobreza. Esse tipo de política agrária não foi aplicado em países que hoje temos com desenvolvidos como alguns Estados europeus e os Estados Unidos, por exemplo.

Na Europa as terras que outrora pertencera aos senhores feudais foram repartidas em propriedades de tamanhos variados mais sempre inferiores às sesmarias brasileiras. Nos Estados Unidos predominaram pequenas e médias propriedades.

No segundo império, devido às pressões pela abolição da escravatura, a Coroa legislou acerca da posse da terra para que o acesso fosse mais difícil a

fim de garantir que os escravos, após a abolição, estivessem ainda disponíveis como mão-de-obra assalariada das fazendas.

4.1.3. Do Império ao Golpe de 1.964

No ano de 1850, Dom Pedro II promulga a "Lei das Terras", que tornava ainda mais difícil a posse da terra, pois era necessário registrar a terra mediante pagamento em dinheiro ao Estado, o que inviabilizou a posse para os pequenos proprietários.

Até 1938, ano de publicação de *Vidas Secas*, pouco ou quase nada se fez pela correta distribuição de terra ao povo brasileiro, situação esta que ensejou a problemática da miséria da família de Fabiano.

Em 1946, pela primeira vez levanta-se a possibilidade do uso social da terra por parte do senador Luís Carlos Prestes. Segundo o qual, dever-se-ia desapropriar as terras má utilizadas e distribuí-las a quem de fato quisesse produzir.

Após isso, intensificaram os movimentos migratórios de camponeses em busca de terras. Com isso, houve a colonização de áreas antes despovoadas com a região Norte e o Centro-Oeste.

A partir dos anos cinquenta, deste século, a expansão das propriedades foi intensificada pela perspectiva da especulação financeira. No momento em que a terra tivesse alcançado o maior valor possível ela era vendida. Além disso, com as inovações tecnológicas que surgiam tornou praticamente impossível a existência das pequenas propriedades.

Houve uma intensificação dos problemas sociais no meio rural, o que levou ao fortalecimento dos movimentos rurais na década de 60 que se aliavam a partidos como o PC do B, o PSB entre outros. Ainda nesse período, desenvolveram-se a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), ambos vinculados a partidos políticos.

O movimento de sindicalização rural foi regulamentado pelo presidente João Goulart, em 1963. Isso legalizou os sindicatos já existentes e impulsionou a criação de novas associações de trabalhadores. Várias instituições entraram na luta com os trabalhadores rurais, como a Igreja e os movimentos estudantis. Foi criada a Superintendência da Reforma Agrária (Supra) com o objetivo de fazer a reforma agrária.

4.1.4. A Ditadura Militar

As principais organizações camponesas foram proibidas. Seus líderes foram presos, exilados ou mortos. Restou aos camponeses a migração para as cidades ou para a região Norte. A política agrária tinha por objetivo estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-se aos interesses do capital estrangeiro, vinculado com o processo de industrialização acelerada na cidade, também baseado nos investimentos de empresas multinacionais.

O governo elaborou o *Estatuto das Terras* como meio de evitar revoluções. Na prática não se fez nada para resolver esse grande problema social. Esse estatuto criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) o qual substituiu a

Supra. Mais tarde criar-se-ia o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para substituir o Inda.

4.1.5. Do Fim da Ditadura a 1998

Com o fim da ditadura militar em 1984, temos o ressurgimento dos movimentos sociais em prol da reforma agrária. Nesse mesmo ano é fundado o *Movimento dos Sem Terra (MST)*. Muitas invasões são realizadas; algumas com resultado positivo, outras com mortes e muita violência. Neste período o MST conta com dois grandes líderes: José Rainha e João Pedro Stédile.

O Brasil possui 12 milhões de sem-terra ou 05 milhões de famílias, 89 acampamentos com mais de 20 mil famílias (1996). Entre 1964 e 1994 ocorreram 2.167 mortes no campo decorrentes da violência no meio rural.

4.1.6. O Ano de 1.998

No ano de 1.998 falou-se muito sobre o MST. De fato, esse ano foi muito conturbado. Desde 1997 o Brasil sofreu com o *EL niño*, efeito meteorológico decorrente do aquecimento das águas do Oceano Pacífico, que provocou muitas chuvas no Sul e no Sudeste e seca no Norte e no Nordeste.

Além disso, 1998 foi um ano eleitoral. A seca no Nordeste provocou muita fome entre os sertanejos que, como não tinham sequer como conseguir alimento para si e sua família, adotaram a prática dos saques. O MST viu nisto e na proximidade das eleições uma forma de chamar a atenção da sociedade para os problemas

enfrentados no meio rural brasileiro e o descaso governamental que agrava ainda mais a situação dos camponeses.

Outro marcante fato de 1998 foi a mudança de estratégia dos manifestantes integrantes do MST. Em vez de invadirem fazendas, passaram a invadir repartições públicas, como a sede do INCRA, por exemplo. Viam nisso, uma forma de pressionar o governo a fazer uma reforma agrária consistente. O resultado foi totalmente negativo.

O ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, reprovou duramente as invasões e o governo decretou diversas medidas a fim de coibir invasões de prédios públicos. Outro aspecto negativo foi a opinião pública que condenou as invasões.

Para João Pedro Stédile, a reforma agrária é uma luta de todos. Ele é um dos líderes do movimento e tem fama até no exterior. O MST não quer apenas terras para plantar; ele quer uma revolução, ou melhor, uma sociedade socialista e igualitária.

CONCLUSÃO

Como demonstramos, a visão ficcional do sem-terra na obra *Vidas Secas*, que tantos problemas nos causa, começou já com a descoberta desse país, perdurou no Brasil Colônia, alcançou o Brasil Império e resiste até hoje no Brasil República, devido, principalmente, ao apadrinhamento no aspecto da divisão da terra, ou seja, em vez de dispor de forma igual para todos os seus concidadãos, o governo brasileiro sempre privilegiou a parcela mais influente economicamente e politicamente também e, por isso, vivemos atualmente transtornos, como uma guerra civil, na qual milhares de pessoas são mortas todos os dias por uma legião de miseráveis que não dispõem sequer de alimentos para sobreviver.

Esse é o preço que pagamos pela nossa indiferença no passado frente às desigualdades e aos privilégios de outrora e, sem dúvida alguma, se nada fizermos essa crise alcançará as futuras gerações.

Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, utilizando como referencial as mazelas da família de Fabiano, em função da seca e da má distribuição de terras do Brasil; conseguiu despertar em seus leitores uma visão mais crítica quanto à necessidade da união da sociedade, a fim de cobrar de seus representantes políticos maior agilidade na distribuição das terras, através de reforma agrária; conscientização da população que, ainda, está a mercê de crenças errôneas sobre o problema da terra no Brasil.

Obras literárias, como *Vidas Secas*, retratam realidades sociais que precisam, urgentemente, serem modificadas, uma vez que os prejudicados somos nós

mesmos em nosso dia a dia, face a miséria, violência e desigualdade social, que são gerados pela concentração de terras nas mãos de latifundiários.

A política de distribuição da propriedade rural não ocorre de forma efetiva, devido a ausência de normas legais. No passado tivemos várias leis que regulavam essa questão, como o Estatuto da Terra, por exemplo. Hoje, temos a Constituição Federal que versa sobre o assunto. Também a Declaração dos Direitos Humanos garante a todo homem o direito de propriedade.

É possível perceber em *Vidas Secas*, que a busca incessante de Fabiano por um pedaço de terra, é por questão de sobrevivência.

BIBLIOGRAFIA

BERNARDES, Ernesto. Mudança de Tática. *Veja*. São Paulo: Abril, n.º 1539: 32-33, 25-03-1998.

———. Ernesto; MARI, Juliana de. O MST Fatura Com a Fome. *Veja*. São Paulo: Abril, n.º 1546: 32-34, 13-05-1998.

ESSA é nova. *Veja*. São Paulo: Abril, n.º 1559: 47, 12-08-98.

GARCIA, Hélio Carlos; GARAVELLO, Tito Marcio. *Geografia do Brasil: Dinâmica e Contrastes*. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 1995.

———. *Lições de Geografia: População e Atividades Econômicas, Regiões do Brasil*. 6ª Série. São Paulo: Scipione, 1998.

KIRST, Dario. *O Direito de Propriedade*. In: *Opinio Iure*. Canoas, N.º 8, Jul./Dez., 1997.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. 7ª ed. rev. e atual.. São Paulo: Atual, 1996.

LIÇÕES de uma Marcha Descalça. *Veja*. São Paulo: Abril, n.º 1492:16, 23-04-1997.

NETO, Vladimir. Caso de polícia. *Veja*. São Paulo: Abril, n.º 1541: 28-30, 08-04-1998.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro : Ed. Record, 1998.

STÉDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil*. 4ª ed. s.l.: Atual, s.d.

PETRY, André; OINEGUE, Eduardo. O Que Eles Querem. *Veja*. São Paulo: Abril, n.º 1549: 42-48, 03-06-1998.

ECO, Umberto. Do modo de formar como engajamento para com a realidade. In: - Obra aberta. Forma e indertinação nas contemporâneas. São Paulo. Perspectiva, 1969.

CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira, 7ª ed. Ed. Itatiaia Limitadda, RJ. 1993.

BOSI, Alfredo, História Concisa da Literatura Brasileira, Ed. Cultrix. SP. 1997.

GOMES, Heloísa Toller, o Poder Rural da Ficção. Ed. Ática, São Paulo. 1981.

CANDIDO, Antonio. Ficção e Confissão. In.- Ficção e Confissão. Ensaio sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. 13-70.